



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

BEATRIZ ALMEIDA CAVALCANTE DE AGUIAR

**A AGROECOLOGIA E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA FEMININA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS NO PERÍODO DE 2000 A 2020.**

Planaltina – DF

2021



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

**A AGROECOLOGIA E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA FEMININA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS NO PERÍODO DE 2000 A 2020.**

BEATRIZ ALMEIDA CAVALCANTE DE  
AGUIAR

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB, como parte das exigências para a obtenção do grau de Tecnólogo em Agroecologia.

ORIENTADOR: Prof. Mestre Paulo Guilherme  
Francisco Cabral

Planaltina – DF  
2021

## **A agroecologia e a participação da mulher no campo: um estudo sobre a evolução e importância feminina para o desenvolvimento das comunidades rurais no período de 2000 a 2020.**

**AGUIAR, B.A.C**

Instituto Federal de Brasília- Campus Planaltina, [ba.beatrizaguiar@gmail.com](mailto:ba.beatrizaguiar@gmail.com)

### **Resumo**

O crescimento da agroecologia no mundo é percebido de forma global, acompanhando movimentos sociais, políticos e econômicos dos trabalhadores do campo, como solução viável para as crises ambientais. Desta forma, a atuação das mulheres na agroecologia se amplia desde a representação essencial que detêm nas comunidades rurais mais pobres, seja para a sobrevivência ou manutenção econômica da família, ou até para a conservação e preocupação com o meio ambiente. Esse estudo tem como objetivo geral, analisar o papel da mulher na agroecologia, nos últimos vinte anos, com foco na atuação dos movimentos Marcha das Margaridas, Movimento das Mulheres Camponesas e Movimento das Mulheres do MST, abordando o trabalho destas organizações femininas nas comunidades e grupos familiares. Quanto aos objetivos específicos, definiu-se conhecer a origem e a definição de agroecologia; descrever o cenário em que a mulher se situa na agroecologia no Brasil e; relacionar uma abordagem comparativa entre as principais frentes de luta (Marcha das Margaridas, MMC e MMMST) em que as mulheres se inserem no país. A metodologia utilizada no estudo foi a pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória com a coleta de dados secundários, e apresentação dos resultados de forma descritiva. Considera-se que a principal contribuição do estudo foi o resgate das representações das mulheres na agroecologia, mostrando-se um comparativo entre a Marcha das Margaridas, Movimento das Mulheres Camponesas e o Movimento das Mulheres do MST em relação às suas lutas, direitos e conquistas, além de abordar seus desafios em um cenário de preconceito e discriminação quanto à importância do trabalho que lideram.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Marcha das Margaridas. Movimento das Mulheres Camponesas. Movimento das Mulheres do MST.

### **O Valor de um Movimento**

Viver com dignidade  
Com direitos iguais  
Ter vez e ter voz.  
E o respeito da sociedade  
Organizar as mulheres  
E exercitar na solidariedade.  
Ser mulher trabalhadora  
Ter um movimento que avance,  
Ser camponesa e lutadora  
Construir a liberdade  
E de forma organizada  
Fortalecer a esperança.  
Ter sua própria identidade  
Seus direitos previdenciários  
Mantendo sua simplicidade  
Com terra, comida e trabalho  
Fortalecendo a luta  
Porque se faz necessário.  
Como camponesas defendemos  
A missão de produzir  
Acabar com o veneno  
e os transgênicos destruir  
Promover a saúde e uma vida mais feliz  
No MMC aprendemos a luta de  
Gênero e classe  
Respeitar as diferenças e  
Construir a igualdade  
Sermos firmes nas propostas  
Naquilo que queremos  
Levantar os oprimidos  
E viver em Fraternidade  
Agradeço ao Movimento  
E a todas as companheiras  
Porque aprendi com elas  
Que a luta não tem fronteiras.  
E se organizar vale à pena  
Buscando cada dia mais  
Pois precisamos engrossar nossas fileiras.  
(Justina Cima – Líder do MMC-SC)

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>05</b>
<b>Metodologia.....</b>	<b>06</b>
<b>Agroecologia.....</b>	<b>07</b>
<b>O papel da mulher na agroecologia .....</b>	<b>09</b>
<b>Movimentos das mulheres do campo .....</b>	<b>12</b>
<b>Análise da Discussão Teórica .....</b>	<b>18</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>23</b>
<b>Referência Bibliográficas .....</b>	<b>24</b>

## Introdução

A agroecologia está crescendo no âmbito global, como um movimento social, político e econômico, em que se apresentam diversas propostas de solução para as inúmeras crises que atingem nosso planeta e a humanidade (fome, mudanças climáticas, escassez de água, contaminação ambiental e desemprego).

Neste contexto, as mulheres que se voltam a esta atividade, em sua grande maioria, vivem em comunidades rurais com poucos recursos, e lutam diariamente pela manutenção econômica da família, através do trabalho na agricultura, além do trabalho doméstico e de outros afazeres como cuidados com os plantios, animais e alimentos a processar. Desta forma, podem arcar com a responsabilidade integral sobre a família ou em contribuir de forma significativa para a sobrevivência e produtividade do grupo familiar.

Historicamente, o papel da mulher na agricultura familiar e na agroecologia, especialmente, recebe poucos incentivos por parte de políticas públicas, impedindo o crescimento e desenvolvimento rural brasileiro. As desigualdades de gênero na sociedade retraem atitudes das mulheres quanto à autonomia e tomada de decisão, seja em casa, na liderança de suas comunidades, e à frente das atividades produtivas agropecuárias.

Com a análise de conceitos básicos sobre gênero, patriarcado, papéis de gênero e como tudo isso se relaciona com a agricultura, esse estudo demonstra o contexto da agroecologia no Brasil e as ações femininas para eliminar as desigualdades de gênero e a marginalização das mulheres.

A luta pelos direitos da mulher na agroecologia impacta a estrutura da unidade familiar e a forma como estas ações podem criar mais oportunidades para as mulheres no nível comunitário, com o alcance de desempenho satisfatório na consolidação de propósitos, e inovações na forma de produzir, com qualidade e incentivo.

Muitas são as manifestações que buscam os direitos e empoderamento das mulheres no campo, principalmente aqueles ocorridos entre os anos 2000 a 2020. Exemplos como a Marcha das Margaridas, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento das Mulheres do MST – Movimento dos Sem Terra (MMMST), entre outros, são bases da luta pela valorização, reconhecimento e empoderamento

da mulher trabalhadora rural<sup>1</sup>. Em defesa de si mesmas e de seus direitos em relação à terra e à produção agroecológica, elas se fortalecem com a constituição de movimentos e lideranças. Nesta perspectiva, procura-se responder ao questionamento sobre qual a importância da organização da mulher para o desenvolvimento da agroecologia brasileira.

Esse estudo tem como objetivo geral, analisar o papel da mulher na agroecologia, com foco na atuação dos movimentos Marcha das Margaridas, Movimento das Mulheres Camponesas e Mulheres do MST, abordando o trabalho destas organizações femininas nas comunidades e grupos familiares. Quanto aos objetivos específicos, observa-se: conhecer a origem e a definição de agroecologia; descrever o cenário em que a mulher se situa na agroecologia no Brasil e; relacionar uma abordagem comparativa entre as principais frentes de luta (Marcha das Margaridas, Movimento das Mulheres Camponesas e Mulheres do MST) em que as mulheres se inserem no país.

Como contribuição, este estudo pretende mostrar que as mulheres têm elevada importância no cenário da agroecologia, mas que seus desafios ainda são enormes frente ao preconceito e discriminação destas quanto a importância do trabalho que lideram.

## **Metodologia**

Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, tendo como fontes selecionadas de pesquisa: livros, artigos acadêmicos, revistas da área e a os materiais didáticos disponíveis na web, conforme a pertinência que apresentam em relação ao tema e os objetivos definidos.

A pesquisa foi realizada através de um estudo bibliográfico que pretendeu elucidar os principais conceitos voltados à agroecologia, aos papéis da mulher frente ao contexto agrícola, sempre buscando referências em autores que já estudaram o tema proposto. A metodologia utilizada neste trabalho teve natureza exploratória, um

---

<sup>1</sup> Por mulher trabalhadora rural, ou trabalhadora do campo, neste estudo, entende-se camponesas, agriculturas familiares, assentadas da reforma agrária, quilombolas, quebradeiras de coco e demais identidades, conforme disposto pelo Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.

tipo de pesquisa que define amplas categorias baseadas no comportamento social, tendo como objetivo principal, o aprimoramento de ideias proporcionando maior familiaridade com o problema (RICHARDSON, 1999).

Como forma de coleta de dados foi adotado o método de uso de dados secundários, estando estes à disposição da pesquisadora, oriundos de outros estudos pré-existentes. A apresentação dos resultados é exposta através do método descritivo, em que as informações coletadas são descritas e analisadas.

### **Agroecologia**

A agroecologia surgiu na literatura na década de 30, quando foi apresentada como uma combinação de duas disciplinas tradicionais, agronomia e ecologia, visando estudar as interações biológicas entre culturas e outros elementos naturais do agroecossistema (REINIGER, 2017).

Para Altieri (2010), a agroecologia é uma ciência voltada a apresentar meios e métodos para envolver e integrar agroecossistemas, implantando diferentes estilos de agricultura que representem melhores níveis de sustentabilidade. Corroborando Gliessman (2001), ao destacar que o enfoque da agroecologia está na aplicação e integração de conceitos agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos, buscando evidenciar a análise dos efeitos das técnicas agrícolas sobre a produção de alimentos e na sociedade como um todo. Desta forma, a agroecologia concebe um conjunto em que há técnicas e conceitos, os quais dirigem-se à produção de alimentos que tenham características mais saudáveis e naturais. Tem como princípio básico o uso racional dos recursos naturais (NODARI; GUERRA, 2015, p.183).

O estudo das interações entre plantas, animais, seres humanos e o meio ambiente nos sistemas agrícolas é uma das definições sobre agroecologia, que aborda ainda diversos fatores como agronomia, ecologia, sociologia e economia. Assim, a terminologia "ecologia" da palavra agroecologia inclui também contextos sociais, culturais e econômicos (NODARI; GUERRA. op. cit).

A agroecologia é vista segundo uma concepção diferenciada, levando-se em conta a localização geográfica. No hemisfério Sul, a definição do termo envolve uma forte conotação política, na luta pela igualdade, justiça social e econômica, que

dependem da distribuição não só do trabalho, das terras, mas também da atenção às chamadas “minorias”. Já o Hemisfério Norte aplica um conceito que evita a conotação política e reforça o caráter científico que o conceito carrega (ALTIERI, 1999).

Com um espectro cada vez maior, foi sendo ampliada para além da análise da terra e passou a integrar outras disciplinas, com abordagens socioeconômicas e políticas. Muitas pesquisas iniciais foram influenciadas pelo estudo da agricultura indígena, a qual incorporava mecanismos rotineiros para acomodar as culturas à variabilidade do ambiente natural, protegendo-as da predação e competição sem o uso de insumos externos. Enquanto isso, surgia o movimento ecológico, alimentado pelos impactos negativos da revolução verde, com o uso das práticas agroecológicas entre algumas comunidades de agricultores (EMBRAPA, 2006).

Na década de 80, o questionamento ao sistema alimentar industrializado e o movimento social promoveram o crescente uso de práticas agroecológicas nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os defensores sociais e os movimentos populares se posicionam cada vez mais contra o sistema alimentar industrial e a favor dos pequenos agricultores. Nos anos 2000, passa-se a buscar uma estrutura unificada para a agroecologia, com a abrangência do quadro agroecológico compreendendo todo o sistema alimentar, como uma rede global de produção, distribuição e consumo de alimentos (EMBRAPA, 2006).

Segundo a EMBRAPA (2018), o caráter da agroecologia tem sido promovido e discutido sob a convergência de redes continentais de pesquisadores, estudantes e diversos profissionais da área e interessados, que participam em simpósios e fóruns sobre o tema. Destacam que não há agroecologia sem a presença da mulher, pois elas são as defensoras da resistência à produção agrícola convencional, pois se organizam em movimentos sociais que focam na agroecologia e na produção de forma associativa.

Assim, Neves e Medeiros (2013) destacam que as mulheres passaram a fazer parte de um grupo que merece atenção na agroecologia. As mulheres que moram nas áreas rurais são as principais responsáveis pelas contribuições para a produção agrícola familiar. Embora a atuação das mulheres rurais tenha sido, desde sempre, o trabalho doméstico, elas foram assumindo novas tarefas e passaram a ser protagonistas de suas vidas (NEVES; MEDEIROS, 2013).

Quanto à participação da mulher no campo, Butto (2017), destaca que a reflexão acerca das relações de gênero, ou do próprio feminismo, começaram a ser realizadas a partir dos anos 80. Specht (2019), corrobora, reforçando que nos períodos em que os movimentos impetrados pelas mulheres rurais eram mais tímidos e menos estruturados, foi preciso construir a afirmação política e econômica dessas mulheres, com a composição de agendas e alianças entre os diferentes movimentos sociais, participação efetiva na renda familiar com seu trabalho, além de somar às lutas e estratégias em prol de fomentar a minimização das desigualdades de gênero, baseando suas conquistas em sustentabilidade da vida.

Várias abordagens e estudos são realizados anualmente para apontar as descobertas sobre os papéis de gênero, quer seja para orientar políticas e intervenções de programas públicos para melhorar a condição da atividade da mulher na área rural, maximizar a qualidade de vida dessas mulheres e dos seus entes, ou ainda para incentivar a produtividade das famílias rurais.

### **O papel da mulher na agroecologia**

A questão de gênero passou a ser discutida em razão de que as diferenças entre homens e mulheres no campo remontam uma história de gênero, em que o homem era o provedor material, empregando trabalho braçal no campo e trazendo o sustento; e a mulher era a provedora da casa e dos assuntos pertinentes aos filhos e afazeres domésticos (FARIA, 2014).

Apesar dos constantes estudos apontarem para a importância da participação das mulheres nas atividades produtivas, a subvalorização da mulher ainda é evidenciada nas muitas lutas, engajadas por uma parcela desta população, que é desencorajada, subjugada, e que vê seus inúmeros esforços para reforçar seus papéis, serem tratados com descaso. Segundo o relatório SOFI (2018), cerca de 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento é representada por mulheres, as quais enfrentam diariamente a falta de acesso aos recursos produtivos, os quais são essenciais ao desenvolvimento da agricultura em famílias que dependem dessa atividade. O mesmo relatório aponta também que nove entre cada dez fazendas são administradas por famílias em todo o mundo.

As mulheres desempenham um papel fundamental em sua família garantindo a segurança alimentar, visto que são protagonistas das práticas agroecológicas e guardiãs da biodiversidade (ALMEIDA et al, 2014). Valorizam o fato de seus familiares se alimentarem bem, com qualidade e sem o consumo de produtos com uso de agrotóxicos (MOREIRA, 2019). Elas auxiliam em todas as etapas da produção de alimentos, plantando ao redor da casa para o consumo familiar e para a comercialização, incluindo coleta de sementes e troca de mudas com suas vizinhas, preparo da terra, criação de gado, pesca, colheita e armazenamento, bem como em processamento e embalagem (ALMEIDA et al., 2014).

As mulheres nas áreas rurais também são tradicionalmente responsáveis pelas atividades domésticas e de assistência, passando até dez horas por dia limpando, cozinhando, buscando água, forragens e combustível, para familiares e membros da comunidade, como jovens, idosos e doentes (BRUMER; ANJOS, 2008).

Mesmo exercendo um papel essencial nas áreas rurais, as mulheres têm enfrentado discriminação de gênero, e ainda arcam com todo tipo de limitações sociais, legais e culturais. O menor nível de acesso a meios produtivos e de qualidade de vida é mais evidenciado para as mulheres do que para os homens, seja quanto à terra, recursos produtivos e financeiros, educação, saúde, extensão, mercados, iniciativas de adaptação ao clima e oportunidades de emprego (BOJANIC, 2017).

Outras formas de exclusão social referem-se à dificuldade imposta à tomada de decisão, à participação no mercado de trabalho, ou à exposição que sofrem pela exploração sexual e violência doméstica (CASIQUE CASIQUE; FUREGATO, 2006). As relações patriarcais, o domínio do homem sobre o trabalho braçal e de força, apoiados “por uma sociedade capitalista que detém o poder, reforçam ainda mais a divisão sexual do trabalho na agricultura” (CISNE, 2012, p. 105).

Muitas das causas que aprofundam as desigualdades de gênero, discriminação e marginalização das mulheres, advêm do não reconhecimento e valorização, decorrente do patriarcado instituído, principalmente nas áreas rurais. As contribuições das mulheres são em grande parte invisibilizadas, e seu trabalho é meramente visto como um auxílio ao trabalho masculino ou como uma "obrigação feminina". (BRUMER, 2004; NEVES; MEDEIROS, 2013).

O apoio de que as mulheres do campo necessitam para empregar seu conhecimento tradicional quanto ao manejo da terra, às lavouras naturais (extrativistas) e cultiváveis, além da manutenção da biodiversidade, deveriam vir não só das alianças comunitárias, mas das políticas públicas voltadas à redistribuição, e do reconhecimento da representação do trabalho produtivo das mulheres (ALMEIDA et al., 2014).

O papel das mulheres no avanço da agroecologia, como pilar fundamental da soberania alimentar, mostra que existem ligações intrínsecas entre as lutas pelo feminismo e a agroecologia. Destaca-se a importância de tomar uma abordagem feminista à promoção da agroecologia e à realização do direito humano à alimentação e nutrição adequadas como caminho para garantir sistemas alimentares sustentáveis (FERREIRA; MATOS, 2017).

Além disso, devido aos papéis da mulher que as desproveem de poder e as mantêm em uma dependência atribuída ao gênero, as mulheres são referidas nas relações familiares como as responsáveis pelos cuidados com os filhos, marido, pais e animais, elevando seus encargos. Adiciona-se a essas atividades, a produção agroecológica realizada em seus quintais produtivos, o que acaba, também, tornando as mulheres responsáveis quanto à sua própria segurança alimentar e de suas comunidades (FERREIRA; MATOS, 2017).

Tais atividades não necessariamente geram renda monetária, embora ocorra, mesmo que em menor quantidade, e contribuem para a autonomia das mulheres do campo, sendo fundamentais para a sobrevivência e a reprodução. As estruturas de políticas públicas que são efetivadas devem reconhecer isso e focar na redistribuição, reconhecimento e representação do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres e direitos humanos (SPECHT, 2019).

Entretanto, para conseguir firmar sua posição e suas lutas, as mulheres do campo precisaram se organizar em movimentos que procuram transformar suas vidas e as pessoas de suas comunidades. Assim, surgiram associações, advindas dos acampamentos e assentamentos rurais que discutiam principalmente o direito à posse da terra, e logo passaram a levantar outras bandeiras, principalmente em razão das diferenças e desigualdades sociais (SEIBERT, 2019).

Esse contexto tem mudado, principalmente pelas relações e estruturas familiares, e pela evidência que a mulher tem alçado no trabalho do campo. Organizando-se em movimentos feministas, passaram a enxergar-se como “um sujeito histórico”, antes subordinado ao homem, e agora empoderadas por sua atuação protagonista junto à família e às relações sociais de produção (SANTOS, GARCIA, 2015).

As mulheres do campo não só se dedicam à luta pela igualdade, mas também se preocupam com a produção de alimentos saudáveis, dos cuidados com a floresta e com as águas, mesmo com acesso restrito (ou ausência dele) às questões estruturantes como assistência técnica, financiamentos e energia (PLATAFORMA POLÍTICA, MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019)

Mas as lutas continuam, assim como as reivindicações de direitos das mulheres trabalhadoras, que são expostas em plataformas a cada nova edição da Marcha das Margaridas.

### **Movimentos das mulheres do campo**

Os diversos movimentos impetrados pelas mulheres trabalhadoras rurais no Brasil têm crescido, não só pela atuação nacional em favor de suas bandeiras, e obtido reconhecimento internacional, pela valorização de seus propósitos, em busca da defesa de seus direitos. Nesse aspecto, evidenciam-se, entre outros, a Marcha das Margaridas, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento das Mulheres do MST, que servirão para ilustrar este estudo.

No Brasil, existem outras organizações as quais são parceiras, como os grupos que estão diretamente envolvidos nos movimentos: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, as Pescadoras, Associação das Guerreiras Indígenas, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, entre outras. (AGUIAR, 2016)

Inicialmente, aborda-se a Marcha das Margaridas, que foi assim denominada em alusão à Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana, assassinada por latifundiários em 12 de agosto de 1983. Tal movimento passou a realizar a Jornada das Margaridas a cada quatro anos nesta mesma data do ano subsequente, para mobilizar-se a favor da mulher no campo, e da erradicação das diferenças sexistas, posteriormente evoluindo para atividades anuais de monitoramento e negociação da pauta (MOREIRA, 2019).

O objetivo da Marcha das Margaridas é a luta pelo reconhecimento do papel das mulheres no meio rural, na propriedade e na vida. Destes fatores, advém a preocupação com a agroecologia, pois essas mulheres vivenciam e transformam suas propriedades, procurando torná-las sustentáveis (MOREIRA, 2019).

A Marcha das Margaridas articula sua orientação política entre o sindicalismo e o feminismo, enquanto expressões de movimentos sociais (SILVA, 2016). Organizado pelo CONTAG, a Marcha das Margaridas ocorre com a participação das 27 federações estaduais e mais de quatro mil sindicatos filiados, construída em parceria com os movimentos feministas, centrais sindicais e organizações internacionais (CONTAG, 2019).

De forma estratégica, a Marcha das Margaridas se mostra uma mobilização das mulheres do campo, da floresta e das águas, tornando-se parte permanente da agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

A primeira edição da Marcha das Margaridas ocorreu em 12 de agosto de 2000, com a participação de 20 mil mulheres (CONTAG, 2019). No ano de 2000 a Marcha estabeleceu o lema “2000 razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, sendo que este foi levado também às edições de 2003 e 2007. Em 2011, somou-se aos temas, a luta pelo desenvolvimento sustentável, ressaltando a justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Já em 2015, a democracia foi adicionada às bandeiras temáticas (MOREIRA, 2019).

As pautas que foram elaboradas entre 2000 e 2015, direcionavam-se ao Estado, reivindicando políticas de acesso à terra para mulheres, políticas de crédito, políticas sociais para o campo, como saúde, educação e moradia de qualidade. Entre outras solicitações, estavam a transformação das relações sociais (MOREIRA, 2019; PORTO AGUIAR, 2016).

As Margaridas lutam por autonomia econômica e renda para as mulheres no campo, pelo reconhecimento de seu trabalho como produtoras rurais e pelo acesso à renda de seu trabalho. Para transformar a sociedade, defendem uma educação não-sexista e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (PORTO AGUIAR, 2016).

Ao longo das edições, a Marcha das Margaridas incorporou temas como o acesso à água e aos bens comuns, a promoção da agroecologia, da soberania alimentar, da soberania energética. Questiona, assim, processos de mercantilização da natureza, o predomínio da lógica do lucro nos sistemas agroalimentares, e os efeitos negativos do atual modelo de desenvolvimento agrário capitalista para a saúde, o meio ambiente, a classe trabalhadora, e especialmente as mulheres. Em conjunto com movimentos rurais, a Marcha defende um modelo alternativo de desenvolvimento rural, pautado na justiça social e ambiental (PORTO AGUIAR, 2016).

Durante estes anos, a Marcha das Margaridas seguiu as mudanças decorrentes da diversidade de transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais que ocorreram no Brasil e no mundo. Isso implica em dizer que tais transformações vieram da própria fundamentação de conceitos relativos aos cuidados com o futuro da sustentabilidade da vida humana, com base no meio ambiente e em sua preservação, e no papel assumido pelo protagonismo feminino em contribuir positivamente e efetivamente, através de um diálogo aberto, profundo, dos avanços conceituais acadêmicos e debates dos movimentos sociais (MOREIRA, 2019).

Ao mesmo tempo, outros movimentos surgiram, como forma de apoio e incentivo à mulher do campo. O Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), é uma organização que busca a constante conquista de direitos básicos das mulheres trabalhadoras rurais, em uma luta pelo reconhecimento e valorização, pela “libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade e aposentadoria), participação política, entre outras” (MMC, 2020).

Criada em 1995, mas somente em 2003 foi realizado o primeiro encontro com atividades e cursos, em que se decidiu o nome definitivo do movimento: Movimento de Mulheres Camponesas. Composta a partir da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, e reunindo integrantes de diversos movimentos, consolidou-se como uma central mobilizadora em prol do feminismo e dos direitos da mulher, pautas permanentes de suas reivindicações – gênero e classe são os dois eixos que guiam

as lutas dessas mulheres, buscando a igualdade e a transformação das relações sociais (MMC, 2020).

O movimento destaca que a mulher camponesa é responsável pela produção de alimento, que garante a subsistência familiar, e pode ter diversas formas de atuação, em frentes como a pesca, o extrativismo, a agricultura; ou diversas formas de ação, como arrendatárias, meeiras, boias-frias, posseiras etc (MMC, 2020). A relação mulher e natureza é reforçada por conceitos e valores, que incluem a mãe e a geradora da vida, em busca do cuidado natural do mundo feminino. São mulheres camponesas que se organizam em torno de reivindicações de direitos e políticas determinados para transformar a sociedade (BONI, 2013; SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017; SEIBERT, 2019).

A constituição desse movimento é justificada pela contínua luta em favor da libertação feminina, de sua organização e da capacidade de dialogar com o ambiente natural, trazendo à tona, a afinidade da capacidade geradora de vida que há entre a terra, a mulher e a natureza. As afirmações interligadas entre mulher e camponesa perpassam a importância dada a ambos os conceitos e definições, sem separá-los ou os sobrepor, mas sim sobre a coexistência dessas categorias (BONI, 2013; SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017; SEIBERT, 2019).

Os princípios do MMC, enquanto um movimento autônomo, camponês, feminista e socialista, obedece aos questionamentos sobre o entendimento da identidade camponesa e feminista. O MMC elabora constantemente, visões sobre “o movimento feminista e a luta pela libertação das mulheres e contra toda forma de opressão contra elas” (MMC, 2012, p. 23), tendo como principal desafio, o rompimento com estereótipos da sociedade, classificada pelas participantes como patriarcal, em um sistema capitalista, e que age como dominante. Defendem a distribuição igualitária da produção, com sustentabilidade e desenvolvimento sem divisões dualistas (MMC, 2012).

O MMC articula o combate à negação da dignidade, da identidade e dos direitos humanos das mulheres camponesas, que gera organização e luta (TÁBOAS, 2014).

O Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) propicia às suas integrantes, uma formação política, seguindo ideologias, e oferecendo materiais de apoio e divulgação, que apoiam as agendas de luta e organização das mulheres camponesas.

Nessa perspectiva, se constrói um movimento que tem o compromisso de transformar as relações sociais de classe, de gênero e com a natureza. Para a organização, “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta” (MMC, 2020).

Organizado em 23 estados federativos, o MMC é o maior movimento autônomo do Brasil de mulheres camponesas brasileiras. Além disso, tem como estrutura de apoio o escritório nacional, com sede em Brasília/DF, e a Secretária Nacional em Passo Fundo/RS. A Coordenação Nacional, responsável por estabelecer as linhas políticas, articular e coordenar as atividades, e fazer a relação garantindo os encaminhamentos com seus Estados, é composta por duas militantes de cada Estado (TÁBOAS, 2014).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, envolve em seu cerne, as Mulheres do MST, que têm como principal bandeira, a Reforma Agrária, além da luta pela terra e por uma sociedade mais justa e fraterna (MST, 2020). Em suas lutas, orientadas pelo crescente número de líderes femininas, que representam a diversidade de mulheres protagonistas inseridas no espaço do campo, em busca de reivindicações como posse, direito e igualdade sobre a terra (SANTOS, 2017).

O MMMST articula entre as relações sociais de classe e de sexo (SPECHT, 2019). Organizado pelo MST, está presente em 24 estados nas cinco regiões do Brasil, conta com a participação de cerca de 350 mil famílias assentadas e/ou em busca de assentamentos (MST, 2020a). São as diversas composições de mulheres em cada estado do país que compõem as frentes organizadoras, com mais de 3.500 mulheres (MST, 2020b). Sua organização acontece desde o final da década de 80, mas o 1º Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra ocorreu recentemente, em março/2020 (MST, 2020b).

Por ter uma atuação ampla no Brasil, de grande expressão interna e externa ao país, o MST traz em suas representações, sempre um homem e uma mulher, mostrando a valorização que é dada à participação feminina nas decisões e medidas que o movimento implementa. (MST, 2020).

Priorizando as transformações estruturais da sociedade, o movimento articula-se com diversos outros movimentos, inclusive internacionais – como a Via Campesina, que se une a diversas organizações e é considerada um movimento autônomo,

pluralista e multicultural – envolve uma forma organizada, revolucionária, participativa e democrática de atuar (DESMARAIS, 2013). Por meio dos assentamentos e acampamentos, formam núcleos entre famílias, pautando-se em um projeto popular para o Brasil (XAVIER; PIMENTA, 2017). Em sua dinâmica, a mulher pertencente aos assentamentos do MST, assume diversas tarefas, como a do cunho maternal, reprodutivo, e de subsistência familiar, por meio de hortas e criação de animais de pequeno porte, além de motivador essencial para a manutenção do homem na terra (RUA; ABRAMOVAY, 2000).

Entretanto, como participantes de um movimento organizado que é pautado por atividades políticas, organizam-se em torno da mobilização quanto ao direito à terra, as formas de desenvolvimento sustentável e consciente do agronegócio, com menor uso de transgênicos, maior incentivo às famílias e pequenos produtores, além do aprofundamento de questões relativas ao papel e participação da mulher nesses contextos agrários (FARIA, 2014).

O MST compreende as condições que assolam as famílias como a pobreza, a esperança de subsistência através da terra, e a vivência de forma excluída, em que as perspectivas de sucesso, social e rural, inexistem (ALTIERI, 2010). O domínio capitalista e o subjugo que causa a desigualdade, impedem o desenvolvimento desejado pelos integrantes do MST com relação à liberdade e à preservação ambiental, bem como ao âmbito político e comercial, formados por bases construídas de militância, que apoiam o movimento (ALTIERI, 2010).

A forma respeitosa e acolhedora com que as mulheres do MST lidam com a natureza, mostram a preocupação com um meio ambiente salutar, para as pessoas e para o espaço que integram e convivem. A terra é um bem que merece cuidado, assim como todos os componentes da biodiversidade, e isto exige que outros fatores, sociais, culturais e políticos sejam incorporados na maneira de cultivar e colher sem agredir. O princípio do cuidado é o que move a agroecologia, o respeito, sem destruir, envenenar ou aplicar uma mecanização exacerbada para favorecer determinadas atividades econômicas (MST, 2017).

No Brasil, a produção familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos. O MST abraça fortemente a causa da agroecologia, principalmente pela produção de forma saudável, em que o meio ambiente deve ser valorizado, para

proporcionar alimentos saudáveis para toda a sociedade. Aliado a isso, o não uso de agrotóxicos.

Apenas os métodos e conhecimentos tradicionais, valorização das sementes naturais, da água não contaminada, auxiliam no método de produção ecológica, abandonando o chamado “modelo predatório” (MST, 2017).

O espaço feminino na agroecologia é resgatado, através das crenças e conhecimentos, atribuídos à relação que a mulher estabelece, com seus saberes de ancestralidade e sensibilidade, do provimento à vida, e de sua maternalidade natural (MST, 2017).

### **Análise da Discussão Teórica**

Para realizar uma análise comparativa, escolheu-se utilizar os movimentos: Marcha das Margaridas, Movimento das Mulheres do MST (MMMST), e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), procurando ressaltar os principais objetivos, lutas e engajamentos, com enfoque em prol da agricultura e agroecologia, embasados nas questões de gênero, que se expandem para as questões políticas e sociais, brandidas pelas mulheres que deles participam.

Destaca-se que o termo gênero, conforme explicita o MST:

...é usado para indicar a construção social do ser homem e do ser mulher. É uma categoria social, ou seja, um instrumento de análise capaz de explicar uma determinada face das relações sociais, assim como classe e raça/etnia [...] o termo gênero indica os traços típicos, os papéis que culturalmente foram atribuídos a homens e mulheres estabelecendo um determinado padrão de relações sociais (MST, 2003, p. 28).

Já o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), articula-se junto aos dois movimentos – Marcha das Margaridas e MMMST, representando muito mais um elo que leva as mulheres rurais a lutar por suas conquistas.

No quadro abaixo (Quadro 1), explicita-se os objetivos, a organização e as entidades envolvidas em cada um dos movimentos analisados:

**Quadro 1 – Comparativo dos Movimentos das Mulheres do Campo**

Movimentos	Marcha das Margaridas	MMMST	MMC
Objetivo	Articula sua orientação política entre o sindicalismo e o feminismo, enquanto expressões de movimentos sociais (SILVA, 2016).	Articula entre as relações sociais de classe e de sexo (SPECHT, 2019).	Articula o combate à negação da dignidade, da identidade e dos direitos humanos das mulheres camponesas, que gera organização e luta (TÁBOAS, 2014).

<p>Organização e local de atuação</p>	<p>Organizada pelo CONTAG, a Marcha das Margaridas ocorre com a participação das 27 federações estaduais e mais de quatro mil sindicatos filiados, construída em parceria com os movimentos feministas, centrais sindicais e organizações internacionais (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2020).</p>	<p>Organizado pelo MST, presente em 24 estados nas cinco regiões do Brasil, conta com a participação de cerca de 350 mil famílias assentadas e/ou em busca de assentamentos (MST, 2020a).</p>	<p>Criado em 1995, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reúne as mulheres de diferentes movimentos (MMC, 2020).</p>
<p>Entidades envolvidas nos últimos encontros</p>	<p>Participaram em 2019:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Fórum Rural Mundial (FRM)</li> <li>– Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam)</li> <li>– <i>International Land Coalition (ILC)</i></li> <li>– <i>Asian Farmers Association (AFA)</i></li> <li>– <i>Plateforme Regionale des Organisations Paysannes d’Afrique (Propac)</i></li> <li>– <i>National Land Rights Forum (NLRf)</i></li> <li>– <i>Réseau des Organisations Paysannes et de Producteurs de l’Afrique de l’Ouest (Roppa)</i></li> <li>– FNT-CGTP-ABA</li> <li>– <i>Sindicato Industrial de Trabajadores Gastronómicos, Hoteles, Comercios y Afines (SITGHCA)</i></li> <li>– <i>Federacion Nacional de Mujeres Trabajadoras (Fenamutra)</i></li> <li>– <i>Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación, Agrícolas, Hoteles, Restaurantes, Tabaco y Afines (Rel – Uita e Uita Genebra)</i></li> <li>– Confederação Nacional da Alimentação (Contac)</li> <li>– <i>Sindicato Nacional de Trabajadores de la Industria Agropecuaria</i></li> </ul>	<p>São as diversas composições de mulheres em cada estado do país que compõem as frentes organizadoras, com mais de 3.500 mulheres (MST, 2020b). Entre as participantes também estão integrantes movimentos e organizações parceiras do MST, e 30 internacionalistas integrantes de movimentos e organizações de 14 diferentes países da América Latina, América do Norte, Europa e África (MST, 2020b).</p>	<p>Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA (MMC, 2020).</p>

	<p>(<i>Sintrainagro</i>)          – <i>Sindicato de Trabajadores del Instituto Nacional de Aprendizaje (Sitraina)</i>          – <i>Unión del Personal Auxiliar de Casas Particulares (UPACP)</i>          – <i>Sindicato Nacional de Trabajadores de la Industria de las Bebidas, Alimentos, Sistema Agroalimentario, Afines y Similares en Colombia (Sinaltrainbec)</i>          – Programa Diálogo Regional Rural (PDRR). (O VERMELHO, 2019).</p>		
Tempo de atuação	<p>A primeira edição da Marcha das Margaridas ocorreu em 12 de agosto de 2000, com a participação de 20 mil mulheres.</p>	<p>A organização das mulheres no MST acontece desde o final da década de 80, mas o 1º Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra ocorreu recentemente, em março/2020 (MST, 2020b).</p>	<p>A articulação data da década de 80, mas somente em 2003 foi realizado o primeiro encontro com atividades e cursos, em que se decidiu o nome definitivo do movimento: Movimento de Mulheres Camponesas.</p>
Conquistas de políticas públicas	<p>Documentação, acesso à terra, apoio às mulheres assentadas e políticas de apoio a produção na agricultura familiar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural - PNDMTR</li> <li>- Fortalecimento do PNDTR com ações educativas e unidades móveis em alguns estados</li> <li>- Titulação Conjunta Obrigatória - Edição da Portaria 981 de 02 de outubro de 2003</li> <li>- Revisão dos critérios de seleção de famílias cadastradas para facilitar o acesso das mulheres a terra</li> <li>- Edição da IN 38 de 13 de março de 2007 - normas para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa</li> </ul>	<p>Formação de acampamentos, bem como o acompanhamento das famílias para a permanência nos assentamentos (MST, 2020).</p> <p>Avanços conquistados com as mudanças na legislação relativas à posse da terra (MST, 2020).</p> <p>A titulação do lote em nome das mulheres, é o que permite que os assentados tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que dá acesso aos créditos de produção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), política pública de compra institucional de</p>	<p>No período dos governos Lula e Dilma (2003 – 2016), importantes conquistas foram sendo construídas, entre elas o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei 11.947 de 2009, moradia, acesso à Educação, Saúde, Titulação Conjunta da Terra (MMC, 2020).</p>

	<p>Nacional de Reforma Agrária, dentre elas a prioridade às mulheres chefes de família.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação de servidores do INCRA sobre legislação e instrumentos para o acesso das mulheres a terra</li> <li>- Formação do Grupo de Trabalho (GT) sobre Gênero e Crédito e a Criação do Pronaf Mulher</li> <li>- Criação do crédito instalação para mulheres assentadas</li> <li>- Declaração de Aptidão ao Pronaf em nome do casal</li> <li>- Ações de Capacitação sobre Pronaf - Ciranda do Pronaf e Capacitação em Políticas Públicas</li> <li>- Inclusão da abordagem de gênero na Política Nacional de Ater e da ATER para Mulheres</li> <li>- Apoio ao protagonismo das mulheres trabalhadoras nos territórios rurais</li> <li>- Criação do Programa de Apoio a Organização Produtiva das Mulheres</li> <li>- Apoio para a realização de Feiras para comercialização dos produtos dos grupos de mulheres (CONTAG, 2015)</li> </ul>	<p>alimentos da agricultura familiar, dentre outras políticas (MST, 2020).</p>	
--	---	--	--

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Conforme se destaca no quadro 1, a maioria dos movimentos das mulheres do campo surgiram com as reformas dos governos civis que ocorreram entre as décadas dos anos 80, 90 e 2000, seguindo as transformações políticas, sociais e culturais do cenário dessas épocas.

Dentro desse contexto, a Marcha das Margaridas abraça diferentes perspectivas pela ótica feminina, procurando construir sua força nos movimentos sociais e nas reivindicações por políticas públicas, que atendam a população rural brasileira, principalmente as mulheres agricultoras (PORTO AGUIAR, 2016).

O MMMST, da mesma forma, procurou despertar a consciência feminina acerca de seus direitos, buscando uma evolução da realidade das famílias do campo, que não possuem sequer a terra para plantar e colher. A mulher, que até hoje, ainda

encontra situações de submissão frente a seus companheiros, acorda para uma transformação lenta, em que o domínio da figura masculina, patriarcal, está sendo enterrado, a partir de um contexto em que a mulher tem um espaço participativo e passa a figurar como “protagonista em defesa de seus ideais” (LIMA NETTA et al., 2012).

Para as mulheres do MMC, constituir um movimento nacional das mulheres camponesas pode estar justificado pela certeza de que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta”; a consolidação do movimento sob a égide do feminismo e da camponesa auxilia o fortalecimento das lutas empunhadas por trabalhadores e trabalhadoras (MMC, 2020).

A Mulher Sem Terra, ao assumir-se como sujeito, assume seu papel social, não só de coparticipante, mas de firmar-se socialmente como legítima e valorosa, ciente de sua identidade, e enaltecida por sua militância e suas lutas (LIMA NETTA et al., 2012).

Na Marcha das Margaridas, demonstra-se que a população feminina e camponesa precisa estar em constante atuação para hastear suas bandeiras de luta, buscando a construção de políticas que sejam ampliadas para atender “aos povos do campo, da floresta e das águas”, com maior dignidade (MOREIRA, 2019). Associada a esses avanços, a produção de alimentos saudáveis, através da agroecologia, é um meio de respeitar o meio ambiente, engajando-se na preocupação e conservação deste para as gerações atuais e vindouras (AGUIAR, 2016).

O MMC almeja a continuidade da mulher no campo, na produção de alimentos saudáveis, preocupando-se com a preservação da vida. A articulação do movimento se categoriza como popular, criando uma identidade comum a outros movimentos sociais. O protagonismo feminino da mulher camponesa é exaltado, avançando na luta contra o machismo e a opressão do gênero e das classes (TÁBOAS, 2014).

O MMMST defende a sustentabilidade do desenvolvimento rural, através da utilização da agroecologia para afirmar as famílias e as mulheres como produtoras e iguais a seus pares, buscando também, na agricultura familiar, a base de um cenário de movimentos sociais preocupados com a fixação do sujeito no campo. A ideologia do MST se atém a uma prática transformadora, em que as trabalhadoras rurais discutem de forma crítica e reflexiva, seu protagonismo social (AGUIAR, 2016; VIEIRA et al., 2012).

O âmbito agroecológico, para a Marcha das Margaridas, deve concentrar-se na produção, reprodução e sustentabilidade da vida e em relação ao meio ambiente, construindo, através do movimento, formas de dialogar e atuar em prol dessas causas (MOREIRA, 2019). Além disso, a relação de respeito que os homens e mulheres, de forma igualitária, devem desenvolver frente à natureza, fazem da agroecologia, um dos principais temas em debate desse movimento de mulheres rurais (MOREIRA, 2019).

No MMC, projeta-se o futuro da sociedade sob a ótica de “luta contra o latifúndio, por acesso do povo à terra, pela valorização da agroecologia” (Sônia, coordenação regional do MMC *apud* TÁBOAS, 2014, p. 27).

A cada nova edição da Marcha das Margaridas, ampliaram-se as participações de outros ativistas sociais e políticos. Assim, juntaram-se aos debates, movimentos sociais sindicais, outros grupos feministas, defensores ambientais, dirigentes regionais, ONGs, entre outras redes (MORENO, 2013).

Esse envolvimento é refletido também na luta do MMMST, que busca a participação das mulheres no âmbito político, para garantir o cumprimento e os avanços da reforma agrária, e do reconhecimento das trabalhadoras como produtoras pela sociedade (SALES, 2007).

Mesmo o MST, como movimento de trabalhadores rurais, precisa continuamente, enfatizar o papel da mulher e sua posição de equidade com o homem, igualando suas batalhas, seus debates e o respeito pelo protagonismo à frente do campo. A desconstrução lenta e verdadeira precisa ser efetuada, em que a mulher assume voz ativa e posições de destaque na gestão, em cargos historicamente masculinos (LIMA NETTA et al., 2012).

E a intermediação de afazeres dentro do MMMST (2020) precisa ser dividida com a participação em outros movimentos da Via Campesina, para reforçar as causas e debates que a mulher trabalhadora carrega em suas lutas.

A articulação dos movimentos feministas e femininos no mundo rural, traz a contribuição conjunta que aproxima os diálogos, dirime as divergências e amplia os debates e conceitos que fundamentam a construção social de forma justa e igualitária, em um ambiente sustentável, harmônico e viável (BUTTO, 2017). De maneira similar os movimentos abraçados pelas mulheres, transformam-nas em ativistas preocupadas com as causas coletivas, que incluem desafios diários no ambiente laboral (AGUIAR, 2015).

A composição de movimentos articulados trouxe força para a base da Marcha das Margaridas e ampliou a diversidade que abrange diferentes concepções, sejam elas políticas, sociais ou culturais. A difícil construção de uma agenda comum, que envolva essas diferentes organizações, aborda questões que transcendem os movimentos e as fronteiras, ressignificando os conceitos e as lutas (AGUIAR, 2015).

No MMC, a união dos diversos movimentos femininos autônomos da luta camponesa, representaram um marco na história da agroecologia (MMC, 2020).

### **Considerações Finais**

O Brasil tem visto o desenvolvimento da agroecologia através dos diversos movimentos sociais, políticos e econômicos que os trabalhadores e as trabalhadoras do campo impunham como forma de solucionar as crises ambientais, de fome, miséria, falta de alimentos, de água e de fixação do sujeito à terra. Assim, o papel preponderante das mulheres na agroecologia tem ajudado as diversas comunidades rurais a se firmarem como defensoras da terra, tomando-a como meio de subsistência e de assegurar a toda comunidade, a sobrevivência e a manutenção econômica das famílias.

Outro aspecto importante ressaltado no estudo, é o impacto dos movimentos femininos, como a Marcha das Margaridas, MMC e do MMMST, em favor do protagonismo da mulher camponesa como legítima representante do campo e do meio ambiente, buscando sua conservação e evolução sustentável, através dos debates sociais e políticos que ocorrem nas manifestações.

Ao analisar o papel da mulher na agroecologia, nos últimos vinte anos, com foco na atuação dos movimentos Marcha das Margaridas, Movimento das Mulheres Camponesas e Movimento das Mulheres do MST, abordando o trabalho destas organizações femininas nas comunidades e grupos familiares, foi possível conhecer a agroecologia em seus diferentes aspectos, e a atuação da mulher camponesa na

agroecologia brasileira, inclusive relacionando os principais movimentos que atuam à frente dos debates nesse âmbito, como a Marcha das Margaridas, MMC e Mulheres do MST.

Entre as contribuições que o estudo apresenta, está a relevância das representações das mulheres na agroecologia, através dos movimentos femininos e feministas, como a Marcha das Margaridas, MMC e o Movimento das Mulheres do MST, incluindo-se os debates que suas ações geram, conquistando direitos, desafiando a política e os governos, assim como a sociedade e o patriarcado, com conquistas que empoderam e mostram o protagonismo feminino, ao assumir seu papel de líderes, trabalhadoras e produtoras no meio rural.

### Referências bibliográficas

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. *Somos todas Margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeitos políticos*. 2015. 521 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, **Universidade Estadual de Campinas** (Unicamp), Campinas, 2015.

\_\_\_\_\_. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margarias. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 15 (edição especial), p. 261-298, 2016.

ALMEIDA, J. A. T.; FARIAS, A. R. B.; BRITO, E. R. P. B.; NORONHA, C. R. B.; ANDRADE, H. M. L. S. A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas. In: 18º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero- REDOR, 2014, Recife-PE. **Anais Eletrônicos do 18º REDOR**, 2014. Disponível em:<<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1957/876>> Acesso em: 16.mar.2020.

ALTIERI, M. A. (Ed.) **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA; Fase, 1999.

\_\_\_\_\_. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera** – Ano 13, nº. 16, janeiro/junho, 2010.

BOJANIC, A. A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro. **Organização das Nações Unidas**. Publicado em 07/12/2017. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/artigo-a-importancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro/>>. Acesso em: 10.mar.2020.

BONI, Valdete. Movimento de mulheres camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, n.34/35, 2013.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

BRUMER, A.; ANJOS, G. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Revista NERA (UNESP), v. 11, p. 1-12, 2008.

BUTTO, A. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito político*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). **Universidade Federal de Pernambuco**, Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Recife/PE, 2017. **Camponês e Popular**. Disponível em <[http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha\\_feminismo\\_campones\\_popular-2018.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf)>. Acesso em: 10.jul.2020.

CASIQUE CASIQUE, L.; FUREGATO, A. R. F. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 6, p. 950-956, Dec. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692006000600018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000600018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20.mar. 2020.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CONTAG. Caderno de textos para estudos e debates – Marcha das Margaridas 2015. Brasília: **Contag/Fetags/STTRs/CUT**. Brasília, 2015.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina: A globalização e poder do camponato**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Visão 2030: O Futuro da Agricultura**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2018.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. BUTTO, Andrea (org.). Brasília: MDA, 2009, p. 11-28.

FERREIRA, A.P.L.; MATTOS, L.C. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 38-43, abr.2017. Disponível em:<[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252017000200013&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15.jul.2020.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3d. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 653p.

HEREDIA, B.; CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: UNIFEM. **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Unifem; Fundação Ford; Cepia, 2006. p. 103-131.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 118, p. 189-206, Mar. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742003000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03.mar.2020.

LIMA NETTA, R. M.; SILVA, R. V. C. M.; SANTOS, R. P. S. Protagonismo feminino, semeando a equiparação de direitos no MST: mulher diante da visibilidade social e construção de uma nova identidade. In: **17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudo e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero - REDOR**, 2012, João Pessoa- PB. Anais Digital, 2012.

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas. (2018). **Cartilha Feminismo**. Disponível em<[http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha\\_feminismo\\_campones\\_popular-2018.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf)>. Acesso em: 10.jul.2020.

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas. (2020). **Quem Somos/História**. A afirmação de muitas histórias. Disponível em:<<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 15.jul.2020.

MOREIRA, F.G. As Lutas pela permanência na terra nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS. 2019. 222 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, **Universidade Federal da Grande Dourados**, Dourados, MS, 2019.

MOREIRA, S.L.S. A contribuição da Marcha das Margaridas Na Construção das Políticas Públicas de Agroecologia no Brasil. **Universidade de Brasília** – UnB, Faculdade UNB Planaltina – FUP, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2019

MORENO, R.F.C. Além do que se vê – Uma leitura da contribuição do feminismo para a economia. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – **Universidade federal do ABC** (UFABC), Santo André, 2013.

MST, 2003. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Setor Nacional de Gênero. **Construindo novas relações de gênero desafiando relações de poder**,

julho/2003. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mstsp/sген.htm>>. Acesso em: 18.mai.2020.

MST, 2017. **Agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/11/03/agricultura-familiar-e-responsavel-por-70-dos-alimentos-consumidos-no-brasil/>>. Acesso em 10.abr.2020.

MST, 2020a. Quem somos. Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 10.jan.2021.

MST 2020b. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/03/06/encontro-historico-reune-mulheres-do-mst-de-todos-os-estados-em-brasilia/>>. Acesso em 08.jan.2021.

NEVES, D; MEDEIROS, L. (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estud. av., São Paulo**, v. 29, n. 83, p. 183-207, Apr. 2015.

PAULILO, M.I. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PORTO AGUIAR, V.V. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Revista Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial - 2016.

REINIGER, Lia Rejane Silveira. **Princípios de agroecologia** [recurso eletrônico] / Lia Rejane Silveira Reiniger, José Geraldo Wizniewsky, Marielen Priscila Kaufmann. – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017. 1 e-book.

RICHARDSON, R.J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo Atlas: 1999.

RUA, M.G.; ABRAMOVAY, M. (2000). **Companheiras de luta ou "coordenadoras de painéis"**? As relações de gênero nos assentamentos rurais. Livro por Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay. Disponível em :<<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ue000138.pdf>>. Acesso em: 15.jun.2020.

SALES, C.M.V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, Aug. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10.jun.2020.

SAMPER-ERICE, A.; CHARAO-MARQUES, F. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 683-705, ago. 2017. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000200683&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200683&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 13.ago.2020.

SANTOS, F.F.; GARCIA, M.F. (2015). A luta da mulher pela igualdade no campo: contradições e tensões no sistema capitalista. **Revista Interface**, Edição nº 10, dezembro de 2015 – p. 296-303.

SANTOS, G.I.R. Espacialidades de gênero e movimentos sociais no estado do Tocantins: um movimento de mulheres camponesas? **Revista Espaço e Tempo Midiáticos**, Palmas, v.2, n. 2, p. 51-77, jul-dez. 2017.

SEIBERT, I. G. (2019). Feminismo camponês popular: contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social. Dissertação de Mestrado. UNB - **Universidade de Brasília**, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Estudos Latino-americanos – ELA. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas. Disponível em:<[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35503/1/2019\\_IridianiGracieleSeibert.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35503/1/2019_IridianiGracieleSeibert.pdf)>. Acesso em 03.jun.2020.

SOFI (2018). **Relatório** Disponível em:<<https://fianbrasil.org.br/tag/fao/>>. Acesso em: 18.jul.2020.

SPECHT, A.A. (2019). Autonomia crítica das mulheres rurais: a casa pode cair, elas querem voar. **Universidade de Brasília** – UnB, Faculdade UNB Planaltina – FUP, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rural PPG – Mader. Disponível em:<[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37003/1/2019\\_AnalineAlmeidaSpecht.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37003/1/2019_AnalineAlmeidaSpecht.pdf)>. Acesso em: 18.jun.2020.

TABOAS, I.D.M.Z (2014) Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas. **Dissertação (mestrado)** – Universidade de Brasília, Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18219>> Acesso em: 06.jan.2021.

VIEIRA, I.A.; FIGUEIREDO, J.D.S.; NETTA, R.M.L.; LAGE, A.C. Lutas pelo feminismo em contextos rurais: a experiência de mulheres camponesas no nordeste do Brasil. **17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR, Nov/2012, UFPB.**

XAVIER, E. D.; PIMENTA, K. DE F. A utopia no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 24, n. 1 e 2, p. 162-175, 3 maio 2018.

# Documento Digitalizado Público

## Trabalho de conclusão de curso retificado Beatriz Almeida

**Assunto:** Trabalho de conclusão de curso retificado Beatriz Almeida

**Assinado por:** Edimilson Caldas

**Tipo do Documento:** Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

**Situação:** Finalizado

**Nível de Acesso:** Público

**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Edimilson de Sousa Caldas, ASSISTENTE DE ALUNO**, em 22/03/2021 12:36:41.

Este documento foi armazenado no SUAP em 22/03/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 209194

**Código de Autenticação:** ae0f52a1b8

